

Carta Conjunta nº 007/2024/ANDES-SN/FASUBRA/SINASEFE

REIVINDICAÇÕES DA GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL

Senhor(a) Deputado(a),

O(a)s servidore(a)s Técnico(a)-Administrativo(a)s em Educação (TAEs) e Docentes Federais vêm, respeitosamente, através desta carta, apresentar o contexto da greve da educação federal e solicitar o que se segue.

Como é de seu conhecimento, as categorias federais da educação estão em greve em todo o País, em resposta ao contínuo desfinanciamento da educação e da corrosão salarial do(a)s servidore(a)s. As categorias estão mobilizadas em favor da recomposição orçamentária das Universidades, Institutos Federais e CEFETs, a recomposição salarial desde 2016, a reestruturação das carreiras do(a)s TAEs e de Docentes Federais, equiparação entre ativo(a)s e aposentado(a)s e a revogação das medidas e normativas antidemocráticas que afetam a educação pública federal.

Os serviços públicos, através de suas servidoras e servidores, são fundamentais para a população brasileira. Destacamos, ainda, a imensa contribuição que nossas Universidades, Institutos Federais e CEFETs têm na produção de conhecimento, ciência e tecnologia que contribuem para as mais diversas soluções de problemas sociais e infraestruturais do País.

Apesar da disposição do(a)s servidore(a)s em negociar com os Ministérios da Educação (MEC) e da Gestão e Inovação do Serviço Público (MGI), o governo vem apresentando entraves e postergando o andamento das tratativas. Após as categorias rejeitarem a proposta apresentada pelo governo, considerando a proposta de 0% de reajuste salarial e recomposição orçamentária no ano de 2024, protocolamos, no dia 26 de abril, solicitação de nova mesa de negociação. No entanto, até o momento, não obtivemos qualquer resposta. Mesmo diante de uma grande greve nacional, com 43 Universidades, 2 CEFETs e mais de 500 *campi* dos Institutos Federais parados, o Ministro da Educação, Sr. Camilo Santana, ainda não nos recebeu.

Diante desta situação, solicitamos o auxílio de V. Exa. na intermediação junto ao governo federal para que seja dado prosseguimento às mesas de negociação junto ao MEC e MGI, para além disso, que possa nos apoiar nas pautas pleiteadas pela educação federal e que são decididas nesta Casa.

Brasília (DF), 8 de maio de 2024.

1